**PROCESSO**: **n º** 2000 - 021728/2016

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO.

**ASSUNTO:** PAGAMENTO

**DETALHES:** SOL. PAGAMENTO DA EMPRESA C R OXIGÊNIO

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000 - 021728/2016, em 01 (um) volume, com 40 (quarenta) fls., que versa sobre o pagamento pela aquisição de gases medicinais (oxigênio) para Hospital Geral do Estado da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24)** para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido. A solicitação de pagamento está orçada em **R$25.737,58 (vinte e cinco mil, setecentyos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, Parágrafo Único, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.40), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

1 **– AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição, datada de 27/12/2016, emitida pela gestora da SESAU a época (fls. 22), devidamente assinada pela ordenadora de despesa.

**2 – COTAÇÕES DE PREÇOS -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 05/09, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam**:

**a) WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA**. **(CNPJ nº 24.380.578/0002-60)**;

**b) C R OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA. (CNPJ nº 04.292.445/0002-24) e,**

**c) LINDE GASES LTDA. (CNPJ nº 60.619.202/0012-09).**

Em todos os processos, observa-se, ainda, que foi sagrada vencedora a empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24).** Tais fatos revelam a inconcebível falta de atenção para com outros fornecedores, desta forma extingue uma maior oportunidade de concorrência, e comete a falta de transparência do processo.

Fls. 04, existe nota esplicativa, através do MEM nº 0007/2016, de 14/01/2016, de lavra do Servidor. Wilton Emídio de Barros, Coordenador de Engenharia e Manutenção Hospitalar, quanto a necessidade da aquisição do material para o HGE, e Despacho s/n, de 17/05/2017, de lavra do Servidor Jorge Filho, Controlador Interno, alegando que o material foi entegue e atestada pelo Servidor, que o Setor Jurídico opinou pelo pagamento por indenização, fls. 38.

Em análise aos Cotações de Preços apresentadas as folhas 05/09, constata-se que a Empresa vencedora do certame, realizado através de cotação de preços, seria a **WHITE MARTINS GASES INDUSTRAIS DO NORDESTE LTDA,** por oferecer um menor preço por m3 de Oxigênio Líquido. Constata-se, ainda, que o preço ofertado foi -85,16% menor que a empresa contratada.

**3 - FRACIONAMENTO DE DESPESA -** Com base em relatório do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, observou-se que a empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24),** recebeu do Estado de Alagoas em 2014, através da SESAU, o montante de **R$2.767.520,95**, distribuídos em 52 ordens bancárias, sendo 03 abaixo do limite de dispensa de licitação em razão do valor (R$ 8.000,00).

**4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Consta informações da dotação orçamentária a ser utilizada nas despesas, fl. 25, referente ao exercício de 2016.

**5 – DANFE/NOTA FISCAL** – Às fls. 03 dos autos apresenta-se a cópia da DANFE nº 000020165, de 10/10/2016, da Empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24) R$25.737,58 (vinte e cinco mil, setecentyos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos),** atestada pelo Servidor José Cícero Alves da Silva, Chefe da Seção de Gás Medicinais.

**6 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos às fls. 30/33 constam as Certidões de Regularidade da empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24)**, vencidas.

**7 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 37 verifica-se Despacho S/N, datado de 18/04/2017, de lavra do Gerente de Serviços Gerais, Sydney Pontes de Miranda Filho, onde informa a juntada de contrato referente ao objeto em comento, mas na verdade a cópia do Contrato juntado aos autos encontra-se fora de validade para tal despesa.

**8 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – A conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III – DAS COTAÇÕES DE PREÇOS –** Que seja justificado pelo Servidor responsável por pesquisar e prolatar o vencedor do certame, porque da preferência em adquirir um material com preço superfaturado em **85,16%** (oitenta e cinco vírgula dezesseis por cento).

**IV - DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válidas sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nos itens I a V, ato contínuo que seja realizado o pagamento a empresa **CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA**. **(CNPJ nº 04.292.445/0002-24**), o montante de **R$25.737,58 (vinte e cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos).**

Maceió-AL, 17 de outubro de 2017.

Hertz Rodrigues lima

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 29.871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**